

ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República. O governo central estava submetido a interesses demasiadamente heterogêneos para responder com a necessária prontidão e eficiência aos chamados dos interesses locais. A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa. Mas não é o fato de que hajam controlado o governo o que singulariza os homens do café. E sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos.

Ao concluir-se o terceiro quartel do século XIX os termos do problema econômico brasileiro se haviam modificado basicamente. Surgira o produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente; estavam formados os quadros da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira. Restava por resolver, entretanto, o problema da mão-de-obra.

*República:
descentraliza-
ção do poder
↓
Interesses
Regionais
favorecidos*

*Caféicultores:
Controle do
Estado*

CAPÍTULO XXI

O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

I. Oferta interna potencial

PELA METADE DO SÉCULO XIX, A FORÇA de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho. O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros cinquenta anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade¹⁰⁵. É interessante observar a evolução diversa que

(105) Não se conhecem dados completos sobre a entrada de escravos no Brasil, nem mesmo para a época da independência política. Particularmente irregulares são os dados relativos às entradas pelos portos do norte. Entre 1827 e 1830 houve uma grande intensificação do tráfico, pois neste último ano aquele "deveria" cessar em razão do acordo com a Inglaterra. As entradas pelo porto do Rio excederam 47 mil em 1828 e 57 mil em 1829, descendo para 32 mil em 1830. Essas importações foram evidentemente anormais, pois provocaram forte desequilíbrio no mercado, reduzindo-se os preços à metade entre 1829 e 1831. Outra etapa de grandes importações foi a que antecedeu à cessação total do tráfico, ocorrida entre 1851 e 1852. Com efeito, no quinquênio 1845-49, a importação média alcançou 48 mil indivíduos. Difícilmente se pode admitir que a importação total na primeira metade do século passado haja sido inferior a 750 mil (média anual de 15 mil), sendo porém pouco provável que haja excedido de muito um milhão. Nos EUA, entre 1800 e 1860 se importaram cerca de 320 mil escravos, sendo que, desses, uns 270 mil foram contrabandeados depois da abolição do tráfico em 1808. O máximo das importações decenais (75 mil) foi alcançado no período

teve o estoque de escravos nos dois principais países escravistas do continente: os EUA e o Brasil. Ambos os países começaram o século XIX com um estoque de aproximadamente um milhão de escravos. As importações brasileiras, no correr do século, foram cerca de três vezes maiores do que as norte-americanas. Sem embargo, ao iniciar-se a Guerra de Secessão, os EUA tinham uma força de trabalho escrava de cerca de quatro milhões e o Brasil na mesma época algo como 1,5 milhão. A explicação desse fenômeno está na elevada taxa de crescimento vegetativo da população escrava norte-americana, grande parte da qual vivia em propriedades relativamente pequenas, nos Estados do chamado Old South. As condições de alimentação e de trabalho nesses Estados deveriam ser relativamente favoráveis, tanto mais que, com a elevação permanente dos preços dos escravos, seus proprietários passaram a derivar uma renda do incremento natural dos mesmos¹⁰⁶. A oferta de escravos nos novos Estados do sul, em que tinha lugar a grande expansão algodoeira, passou a depender basicamente do crescimento da população escrava dos antigos Estados escravistas. Com efeito, entre 1820 e 1860, as transferências de escravos dos chamados Estados vendedores para os compradores teriam alcançado 742.000¹⁰⁷. Os escravos nascidos no

imediatamente anterior à guerra civil. (Dados relativos aos EUA citados por L. C. GRAY, *History of Agriculture in the Southern United States to 1860*, Washington, 1933, tomo II, p. 650.)

(106) Os historiadores do sul dos EUA negam sempre que se haja desenvolvido nos chamados "Estados vendedores" uma indústria de procriação de escravos. Evidentemente é esse um assunto delicado, no qual nem sempre seria fácil definir o sentido real das "boas intenções". Com efeito, o criador eficiente de escravos seria sempre aquele que conseguisse tornar-lhes a vida mais "feliz". Nas palavras de um conspícuo historiador norte-americano: "On many well managed plantations there were positive, though entirely ethical, measures for encouraging the rate of increase. The partial exemption from labor during pregnancy, additions of extra food, clothing, and other comforts after childbirth, — there were powerful stimuli in the direction that coincided with the master's self-interest. On some plantations a woman with six or more healthy children was exempted all labor. On other plantations ten children exempted the mother from field work". L. C. GRAY, *op. cit.*, tomo II, p. 663. "A planter here and there may have exerted a control of mating in the interest of industrial and commercial eugenics, but it is extremely doubtful that any appreciable number of masters attempted any direct hastening of slave increase." U. B. PHILLIPS, *American Negro Slavery*, Nova York, 1918, p. 362. De todas as formas, em nenhum Estado se concedeu estabilidade legal à família de escravos: os filhos podiam ser separados dos pais e a mulher do marido, para serem vendidos cada um em direção diversa.

(107) L. C. GRAY, *op. cit.*, p. 650.

país apresentavam evidentemente inúmeras vantagens, pois estavam culturalmente integrados nas comunidades de trabalho que eram as plantações, haviam sido melhor alimentados, já tinham o conhecimento da língua, etc.

O fato de que a população escrava brasileira haja tido uma taxa de mortalidade bem superior à de natalidade indica que as condições de vida da mesma deveriam ser extremamente precárias. O regime alimentar da massa escrava ocupada nas plantações açucareiras era particularmente deficiente. Ao crescer a procura de escravo no sul para as plantações de café intensifica-se o tráfico interno em prejuízo das regiões que já estavam operando com rentabilidade reduzida. As decadentes regiões algodoeiras — particularmente o Maranhão — sofreram forte drenagem de braços para o sul. A região açucareira, mais bem capitalizada, defendeu-se melhor. Demais, é provável que a redução do abastecimento de africanos e a elevação do preço destes hajam provocado uma intensificação na utilização da mão-de-obra e portanto um desgaste ainda maior da população escrava.

Eliminada a única fonte importante de imigração, que era a africana, a questão da mão-de-obra se agrava, e passa a exigir urgente solução. Para compreender a natureza desse problema é necessário ter em conta as características da economia brasileira nessa época, e a forma como a mesma se expandia. O crescimento das economias européias, que se industrializaram no século XIX, consistiu fundamentalmente numa revolução tecnológica. Na medida em que iam penetrando as novas técnicas, sucessivos segmentos do sistema econômico preexistente se desagregavam. Sendo essa desagregação muito rápida na primeira etapa, a oferta de mão-de-obra crescia suficientemente para alimentar o setor mecanizado em expansão e ainda exercer forte pressão sobre os salários. Por outro lado, a desagregação do sistema pré-capitalista intensificava o processo de urbanização, o que por seu lado facilitava a assistência médica e social e, destarte, acarretava uma intensificação no crescimento vegetativo da população. Com efeito, registrou-se na Inglaterra um substancial aumento na taxa de crescimento da população no correr do último quartel do século XVIII e primeiro do XIX, se bem que, segundo as opiniões mais autorizadas, dificilmente se possa negar que durante esse período pioraram as condições de vida da classe trabalhadora¹⁰⁸.

(108) Para uma reconsideração recente deste último problema veja-se E. J. HOBBSBAWN, "The British Standard of Living 1790-1850", em *The Economic History Review*, agosto, 1957.

No caso brasileiro, o crescimento era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível — a terra — mediante a incorporação de mais mão-de-obra. A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão-de-obra. Caberia entretanto indagar: não existia uma oferta potencial de mão-de-obra no amplo setor de subsistência, em permanente expansão? É esse um problema que convém esclarecer, se se pretende compreender a natureza do desenvolvimento da economia brasileira nessa etapa e nas subseqüentes.

O setor de subsistência, que se estendia do norte ao extremo sul dos país caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. O sistema de sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos do número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais. Contudo, não era este o aspecto fundamental do problema, pois sendo a terra abundante não se pagava propriamente renda pela mesma. Dentro da economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A "roça" era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos. Ao nível da roça o sistema é exclusivamente de subsistência, ao nível da unidade maior é misto, variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região.

Havendo abundância de terras o sistema de subsistência tende naturalmente a crescer e esse crescimento implica, as mais das vezes, redução na importância relativa da faixa monetária. O capital de que dispõe o roceiro é mínimo, e o método que utiliza para ocupar novas terras, o mais primitivo. Reunidos em grupo abatem as árvores maiores e em seguida usam o fogo como único instrumento para limpar o terreno. Aí, entre troncos abatidos e tocos não destruídos pelo fogo plantam a roça. Para os fins estritos de alimentação de uma família, essa técnica agrícola é suficiente. Tem-se repetido comumente no Brasil que a causa dessa agricultura rudimentar está no "caboclo", quando o caboclo

é simplesmente uma criação da economia de subsistência. Mesmo que dispusesse de técnicas agrícolas muito mais avançadas, o homem da economia de subsistência teria que abandoná-las, pois o produto de seu trabalho não teria valor econômico. A involução das técnicas de produção e da forma de organização do trabalho com o tempo, transformariam esse homem em "caboclo"¹⁰⁹.

Se bem que a unidade econômica mais importante da economia de subsistência fosse realmente a roça, do ponto de vista social a unidade mais significativa era a que tinha como chefe o proprietário das terras. A este interessava basicamente que o maior número de pessoas vivessem em suas terras, cabendo a cada um tratar de sua própria subsistência. Desta forma o senhor das terras, no momento oportuno, poderia dispor da mão-de-obra de que necessitasse. Demais, dadas as condições que prevaleciam nessas regiões, o prestígio de cada um dependia da quantidade de homens que pudesse utilizar a qualquer momento e para qualquer fim. Em consequência, o roceiro da economia de subsistência, se bem não estivesse ligado pela propriedade da terra, estava atado por vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupo social.

Se se excetuam algumas regiões de maior concentração demográfica e características algo diversas — como o sul de Minas — a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos. Na realidade, um tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários da terra. A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político o que entrava em jogo.

Mas não somente no sistema de subsistência existia mão-de-obra trabalhando com baixíssima produtividade, e que podia ser

(109) Um agudo observador de alguns aspectos da economia brasileira no começo deste século, PIERRE DENIS, fez o seguinte comentário sobre uma colônia de europeus, das que o governo brasileiro instalou com altos gastos e subsídios... "*ils ont adopté, en fait d'agriculture, les habitudes du cabocle, c'est-à-dire travailleur brésilien indigène. Ils se sont laissé corrompre, me dit le directeur de la colonie*". *Le Brésil au XX^e siècle*, Paris, 1928, 7.^a tiragem, p. 223.

considerada como reserva potencial de força de trabalho. Também nas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola e às condições da vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência, contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a "grande lavoura". Em consequência, mesmo na época em que mais incerta parecia a solução do problema de mão-de-obra, não evoluiu no país a idéia de um amplo recrutamento interno financiado pelo governo¹¹⁰. Pensou-se em importar mão-de-obra asiática, em regime de semi-servidão, seguindo o exemplo das Índias ocidentais inglesas e holandesas. Tão grave era, com efeito, o problema da oferta da mão-de-obra no Brasil, no terceiro quartel do século passado, que a um homem da visão e da experiência de Mauá não ocorria melhor solução que essa da semi-servidão dos asiáticos¹¹¹.

(110) Prevalencia no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão-de-obra, o que não é difícil de explicar, tendo em vista o poder político dos grupos cujos interesses resultariam prejudicados. Assim, quando no governo Campos Salles (1898-1902) se aprovou um plano, com financiamento governamental, de traslado de população do Ceará para o sul, organizou-se uma campanha em grande escala para obstruir a execução do mesmo.

(111) VISCONDE DE MAUÁ, *Autobiografia*, 2.^a edição, Rio, 1943, p. 218 e 226.

CAPÍTULO XXII

O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

II. A imigração européia

COMO SOLUÇÃO ALTERNATIVA DO PROBLEMA da mão-de-obra sugeria-se fomentar uma corrente de imigração européia. O espetáculo do enorme fluxo de população que espontaneamente se dirigia da Europa para os EUA parecia indicar a direção que cabia tomar. E, com efeito, já antes da independência começara, por iniciativa governamental, a instalação de "colônias" de imigrantes europeus. Entretanto, essas colônias que, nas palavras de Mauá, "pesavam com a mão de ferro" sobre as finanças do país¹¹², vegetavam raquíticas sem contribuir em coisa alguma para alterar os termos do problema da inadequada oferta de mão-de-obra. E a questão fundamental era aumentar a oferta de força de trabalho disponível para a *grande lavoura*, denominação brasileira da época correspondente à *plantation* dos ingleses. Ora, não existia nenhum precedente, no continente, de imigração de origem européia de mão-de-obra livre para trabalhar em grandes plantações. As dificuldades que encontraram os ingleses para solucionar o problema da falta de braços, em suas plantações da região do Caribe, são bem conhecidas. É sabido, por exemplo, que grande parte dos africanos apreendidos nos navios que traficavam para o Brasil eram reexportados para as Antilhas como trabalhadores "livres"¹¹³.

(112) VISCONDE DE MAUÁ, *op. cit.*, p. 218.

(113) "After emancipation (...) there was a serious shortage of labour which was partially met by various expedients. One of these was the importation of negroes freed from slave ships; 14,113 such freed slaves were for example imported from Sierra Leone between 1840 and 1850. Trinidad

considerada como reserva potencial de força de trabalho. Também nas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola e às condições da vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência, contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a "grande lavoura". Em consequência, mesmo na época em que mais incerta parecia a solução do problema de mão-de-obra, não evoluiu no país a idéia de um amplo recrutamento interno financiado pelo governo¹¹⁰. Pensou-se em importar mão-de-obra asiática, em regime de semi-servidão, seguindo o exemplo das Índias ocidentais inglesas e holandesas. Tão grave era, com efeito, o problema da oferta da mão-de-obra no Brasil, no terceiro quartel do século passado, que a um homem da visão e da experiência de Mauá não ocorria melhor solução que essa da semi-servidão dos asiáticos¹¹¹.

(110) Prevalencia no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão-de-obra, o que não é difícil de explicar, tendo em vista o poder político dos grupos cujos interesses resultariam prejudicados. Assim, quando no governo Campos Salles (1898-1902) se aprovou um plano, com financiamento governamental, de traslado de população do Ceará para o sul, organizou-se uma campanha em grande escala para obstruir a execução do mesmo.

(111) VISCONDE DE MAUÁ, *Autobiografia*, 2.^a edição, Rio, 1943, p. 218 e 226.

CAPÍTULO XXII

O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

II. A imigração europeia

COMO SOLUÇÃO ALTERNATIVA DO PROBLEMA da mão-de-obra sugeria-se fomentar uma corrente de imigração europeia. O espetáculo do enorme fluxo de população que espontaneamente se dirigia da Europa para os EUA parecia indicar a direção que cabia tomar. E, com efeito, já antes da independência começara, por iniciativa governamental, a instalação de "colônias" de imigrantes europeus. Entretanto, essas colônias que, nas palavras de Mauá, "pesavam com a mão de ferro" sobre as finanças do país¹¹², vegetavam raquíticas sem contribuir em coisa alguma para alterar os termos do problema da inadequada oferta de mão-de-obra. E a questão fundamental era aumentar a oferta de força de trabalho disponível para a *grande lavoura*, denominação brasileira da época correspondente à *plantation* dos ingleses. Ora, não existia nenhum precedente, no continente, de imigração de origem europeia de mão-de-obra livre para trabalhar em grandes plantações. As dificuldades que encontraram os ingleses para solucionar o problema da falta de braços, em suas plantações da região do Caribe, são bem conhecidas. É sabido, por exemplo, que grande parte dos africanos apreendidos nos navios que traficavam para o Brasil eram reexportados para as Antilhas como trabalhadores "livres"¹¹³.

(112) VISCONDE DE MAUÁ, *op. cit.*, p. 218.

(113) "After emancipation (...) there was a serious shortage of labour which was partially met by various expedients. One of these was the importation of negroes freed from slave ships; 14,113 such freed slaves were for example imported from Sierra Leone between 1840 and 1850. Trinidad

Nos EUA, conforme vimos, a solução básica adveio de uma grande intensificação no crescimento da população escrava, o que em grande parte se deveu a que muitos desses escravos não trabalhavam em grandes plantações. A emigração européia aos EUA nada tinha que ver com a oferta de mão-de-obra para as grandes plantações. Se bem que estavam interligados os dois movimentos — a expansão das plantações e a corrente migratória européia — os mesmos constituem sem embargo fenômenos autônomos. A expansão das plantações norte-americanas se realizaria mesmo sem a corrente migratória européia, se bem que esta, ampliando a procura interna de algodão e barateando a oferta de alimentos, deu impulso àquela expansão. A corrente migratória seria, entretanto, difícil de explicar — pelo menos na escala em que ocorreu, no que se refere à primeira metade do século — sem a expansão das plantações. A circunstância de que o algodão era um produto volumoso¹¹⁴, ocupando grande espaço nos navios, enquanto as manufaturas que importavam os norte-americanos apresentavam uma grande densidade econômica, favoreceu a baixa nos fretes de retorno da Europa para os EUA. E foi essa baixa dos preços das passagens — em navios cargueiros e semicargueiros — que permitiu se avolumasse de tal forma a emigração espontânea da Europa para os EUA. Contudo, os baixos preços das passagens não seria condição suficiente para que se criasse a grande corrente migratória. O fundamental era que os colonos contavam com um mercado em expansão para vender os seus produtos, expansão essa que era em grande parte um reflexo do desenvolvimento das plantações do sul, à base de trabalho escravo.

As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja "raça" era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. Era essa uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras essas que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E, quase sempre, quando, após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela

and British Guiana at a later date imported Indian indentured labour on a large scale (...). SIR ALAN PIN, *Colonial Agricultural Production*, Oxford, 1946, p. 90.

(114) Demais do algodão, as madeiras, produto ainda mais volumoso, tinham uma grande importância na exportação norte-americana para a Inglaterra.

tendia a definhar, envolvendo em simples economia de subsistência. Caso ilustrativo é o da colonização alemã do Rio Grande do Sul. O governo imperial instalou aí a primeira colônia em 1824, em São Leopoldo, e, depois da guerra civil, o governo da província realizou fortes inversões para retomar e intensificar a imigração dessa origem. Contudo, a vida econômica das colônias era extremamente precária, pois, não havendo mercado para os excedentes de produção, o setor monetário logo se atrofiava, o sistema de divisão do trabalho involuía e a colônia regredia a um sistema econômico rudimentar de subsistência. Viajantes europeus que passavam por essas regiões se surpreendiam com a forma primitiva de vida dos colonos e atribuíam os seus males às leis inadequadas do país ou a outras razões dessa ordem. A consequência prática de tudo isso foi, entretanto, que se formou na Europa um movimento de opinião contra a emigração para o império escravista da América e já em 1859 se proibiu a emigração alemã para o Brasil.

Para que as colônias chegassem a constituir um êxito como política imigratória e atraíssem pelo exemplo correntes espontâneas de povoamento, teria sido necessário que as mesmas se dedicassem de imediato a atividades produtivas rentáveis. Esse objetivo só poderia ser alcançado em dois casos: integrando a colônia nas linhas de produção de um artigo de exportação, ou orientando-a de imediato para a produção de artigos que dispusessem de mercado no país. A produção para exportação estava organizada no sistema de grandes plantações, exigindo uma imobilização de capital que não era acessível aos colonos em sua etapa de instalação. Em todo caso, se se decidissem a plantar café, os colonos teriam que concorrer com empresas que exploravam a mão-de-obra escrava. Demais, é perfeitamente explicável que a classe dirigente da economia cafeeira, cuja influência no governo já era decisiva, não demonstrasse nenhum interesse em subsidiar uma imigração que nada concorreria para solucionar o problema da mão-de-obra em suas plantações e que com ela viesse concorrer no mercado do café. Por outro lado, a possibilidade de produzir para o mercado interno dependia da expansão deste, a qual por seu lado pressupunha o desenvolvimento da economia de exportação. Como a chave do problema das exportações era a oferta de mão-de-obra, retornava-se ao ponto de partida.

Reconhecendo que a política de colonização do governo imperial em nada contribuía para solucionar o problema da mão-de-obra da grande lavoura, a classe dirigente da economia cafeeira

passou a preocupar-se diretamente com o problema. Em 1852, um grande plantador de café, o senador Vergueiro, se decidiu a contratar diretamente trabalhadores na Europa. Conseguindo do governo o financiamento do transporte, transferiu oitenta famílias de camponeses alemães para a sua fazenda em Limeira. A iniciativa despertou interesse e mais de duas mil pessoas foram transferidas, principalmente de Estados alemães e da Suíça, até 1857. A idéia do senador Vergueiro era uma simples adaptação do sistema pelo qual se organizara a emigração inglesa para os EUA na época colonial: o imigrante vendia o seu trabalho futuro. Nas colônias inglesas, o financiamento corria por conta do empresário. No caso brasileiro, o governo cobria a parte principal desse financiamento que era o preço da passagem da família. É fácil compreender que esse sistema degeneraria rapidamente numa forma de servidão temporária, servidão essa que nem sequer tinha um limite de tempo fixado, como ocorria nas colônias inglesas. Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade. É fácil perceber até onde poderiam chegar os abusos de um sistema desse tipo nas condições de isolamento em que viviam os colonos, sendo o fazendeiro praticamente a única fonte do poder político. A reação na Europa — onde tudo que dizia respeito a um país escravista suscitava imediata preocupação — não tardou. Em 1867 um observador alemão apresentou à Sociedade Internacional de Emigração de Berlim uma exposição em que pretendia demonstrar que os “colonos” emigrados para as fazendas de café do Brasil eram submetidos a um sistema de escravidão disfarçada¹¹⁵. Evidentemente o caminho tomado estava errado, e era indispensável reconsiderar o problema em todos os seus termos.

A partir dos anos sessenta a questão da oferta da mão-de-obra tornou-se particularmente séria. A melhora nos preços do café fazia mais e mais atrativa a expansão da cultura; por outro lado, a grande alta dos preços do algodão provocada pela Guerra de Secessão nos EUA dera início a uma grande expansão da cultura da fibra nos Estados do norte, restringindo-se em consequência o tráfico de escravos para o sul. A pressão dos acontecimentos

(115) Para uma exposição crítica do relatório Haupt, veja-se PIERRE DENIS, *op. cit.*, p. 122-5.

exigia evidentemente medidas amplas. A evolução se inicia pelo sistema de pagamento ao colono¹¹⁶. O regime inicialmente adotado era o de parceria, dentro do qual a renda do colono era sempre incerta, cabendo-lhe a metade do risco que corria o grande senhor de terras. A perda de uma colheita podia acarretar a miséria para o colono, dada sua precária situação financeira. A partir dos anos sessenta introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida parte principal de sua renda. Sua tarefa básica consistia em cuidar de um certo número de pés de café, e por essa tarefa recebia um salário monetário anual. Esse salário era completado por outro variável, pago no momento da colheita em função do volume desta.

O segundo problema a exigir solução era o do pagamento da viagem. Obrigando-se o colono a indenizar os gastos de viagem, seus e de sua família, era inevitável que se suscitasse nele o temor de que sua liberdade futura estava comprometida. Sendo os fazendeiros de café os mais diretamente interessados na imigração, era natural que corresse por conta deles os gastos de transporte. Todavia, se a solução fosse adotada nesse sentido, somente os fazendeiros mais ricos poderiam promover a imigração. Mas, como não era possível obrigar o colono a permanecer em uma fazenda, resultaria que uns pagariam o transporte do imigrante que serviria a outros. A solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Demais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para manutenção da família. Dessa forma o imigrante tinha seus gastos de transporte e instalação pagos e sabia a que se ater com respeito à sua renda futura. Esse conjunto de medidas tornou possível promover pela primeira vez na América uma volumosa corrente imigratória de origem européia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas.

Ainda assim é provável que essa imigração não houvesse alcançado níveis tão elevados, não fora o concurso de um conjunto de condições favoráveis do lado da oferta. Durante a mes-

(116) Por assimilação com os imigrantes que, por iniciativa do governo imperial, haviam chegado para formar colônias de povoamento, passou-se a chamar colono a todo imigrante que vinha para os trabalhos agrícolas, se bem que na quase totalidade dos casos fossem meros trabalhadores assalariados.

ma época em que evoluía favoravelmente o problema no Brasil, processava-se a unificação política da Itália, de profundas consequências econômicas para a península. A região do sul — o chamado reino das duas Sicílias — de menor grau de desenvolvimento e mais baixa produtividade agrícola, encontrou-se em difícil situação para enfrentar a concorrência das regiões mais desenvolvidas do norte. Em consequência, as indústrias manufatureiras do sul — a indústria têxtil havia alcançado um grau de desenvolvimento relativamente alto — se desorganizaram, criando-se uma situação de depressão permanente para as províncias meridionais. A pressão sobre a terra, do excedente de população agrícola, fez crescer a intranquilidade social. A solução migratória surgiu, assim, como verdadeira válvula de alívio.

Estavam, portanto, lançadas as bases para a formação da grande corrente imigratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no Estado de São Paulo. O número de imigrantes europeus que entram nesse Estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália¹¹⁷.

(117) Para os dados sobre o número de imigrantes e sua procedência, veja-se *Anuário Estatístico do Brasil*, 1937-39, apêndice.

CAPÍTULO XXIII

O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

III. Transumância amazônica

ALÉM DA GRANDE CORRENTE MIGRATÓRIA de origem européia para a região cafeeira, o Brasil conheceu no último quartel do século XIX e primeiro decênio deste um outro grande movimento de população: da região nordestina para a amazônica.

A economia amazônica entrara em decadência desde fins do século XVIII. Desorganizado o engenhoso sistema de exploração da mão-de-obra indígena estruturado pelos jesuítas, a imensa região reverteu a um estado de letargia econômica. Em pequena zona do Pará se desenvolveu uma agricultura de exportação que seguiu de perto a evolução da maranhense, com a qual estivera integrada comercialmente através dos negócios da companhia de comércio criada na época de Pombal. O algodão e o arroz aí também tiveram sua etapa de prosperidade, durante as guerras napoleônicas, sem contudo jamais alcançar cifras de significação para o conjunto do país. A base da economia da bacia amazônica eram sempre as mesmas especiarias extraídas da floresta que haviam tornado possível a penetração jesuítica na extensa região. Desses produtos extrativos o cacau continuava a ser o mais importante. A forma como era produzido, entretanto, não permitia que o produto alcançasse maior significação econômica. A exportação anual média, nos anos quarenta do século passado, foi de 2.900 toneladas, no decênio seguinte alcança 3.500 e nos anos sessenta baixa para 3.300. O aproveitamento dos demais produtos da floresta deparava-se sempre com a mesma dificuldade: a quase inexistência de população e a dificuldade de organizar a produção com base no escasso elemento indígena

Desarticulada a
para o - Lethal
Cada
Para: Conjunção
permanente
propriedade
latente

local. Era o caso, por exemplo, da produção de borracha, cuja exportação se registra desde os anos vinte, alcançando 460 toneladas anuais como média nos anos quarenta, 1.900 no decênio seguinte e 3.700 nos anos sessenta. É por essa época que começa a registrar-se o aumento nos preços do produto. De 45 libras por tonelada nos anos quarenta, o preço médio de exportação sobe para 118 libras no decênio seguinte, 125 nos anos sessenta e 182 nos setenta¹¹⁸.

A borracha estava destinada, nos fins do século XIX e começos do atual, a transformar-se na matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial. Assim como a indústria têxtil caracterizara a revolução industrial de fins do século XVIII e a construção das estradas de ferro os decênios da metade do século seguinte, a indústria de veículos terrestres a motor de combustão interna será o principal fator dinâmico das economias industrializadas, durante um largo período que compreende o último decênio do século passado e os três primeiros do presente. Sendo a borracha um produto "extrativo" e estando o estoque de árvores então existente concentrado na bacia amazônica, o problema de como aumentar sua produção para atender a uma procura mundial crescente se afigurava extremamente difícil. Impunha-se, evidentemente, uma solução a longo prazo, porquanto era óbvio que a possibilidade de aumentar a produção de borracha extrativa na Amazônia não era muito grande. Uma vez demonstrado que uma ou mais das plantas que produzem a matéria-prima da borracha podia adaptar-se a outras regiões de clima similar, a produção de borracha teria de desenvolver-se de preferência ali onde existisse um adequado suprimento de mão-de-obra e recursos para financiar o seu longo período de gestação.

Todavia, a rapidez com que crescia a procura de borracha nos países industrializados, a fins do século XIX, exigia uma solução a curto prazo. A evolução da economia mundial da borracha desdobrou-se assim em duas etapas: durante a primeira encontrou-se uma solução de emergência para o problema da oferta do produto extrativo; a segunda se caracteriza pela produção organizada em bases racionais, permitindo que a oferta adquira a elasticidade requerida pela rápida expansão da procura mundial¹¹⁹. A primeira fase da economia da borracha se desenvolve

(118) *Anuário Estatístico, cit.*, apêndice.

(119) Nos anos quarenta do século atual teria início a terceira etapa da economia da borracha com a substituição progressiva do produto natural pelo sintético.

totalmente na região amazônica e está marcada pelas grandes dificuldades que apresenta o meio. Os preços continuam sua marcha ascensional, alcançando, no triênio 1909-11, a média de 512 libras por toneladas, ou seja, mais que decuplicando o nível que prevalecera na metade do século anterior. Essa enorme elevação de preços indicava claramente que a oferta de borracha era inadequada e que uma solução alternativa teria de surgir. Com efeito, ao introduzir-se a borracha oriental em forma regular no mercado, depois da Primeira Guerra Mundial, os preços do produto se reduziram de forma permanente a um nível algo inferior a cem libras por tonelada.

Ainda mais do que no caso do café, a expansão da produção de borracha na Amazônia era uma questão de suprimento de mão-de-obra. Se bem que as possibilidades de incremento não fossem muito grandes, as exportações de borracha extrativa brasileira subiram da média de 6.000 toneladas nos anos setenta, para 11.000 nos oitenta, 21.000 nos noventa e 35.000 no primeiro decênio deste século. Esse aumento da produção deveu-se exclusivamente ao influxo de mão-de-obra, pois os métodos de produção em nada se modificaram. Os dados disponíveis com respeito ao fluxo migratório para a região amazônica, durante essa etapa, são precários e se referem quase exclusivamente aos embarques em alguns portos nordestinos. Sem embargo se se comparar a população nos Estados do Pará e Amazonas, segundo os censos de 1872 e 1900, observa-se que a mesma cresce de 329.000 para 695.000 habitantes. Admitindo-se um crescimento anual vegetativo de 1 por cento — as condições de salubridade são reconhecidamente precárias na região — depreende-se que o influxo externo teria sido da ordem de 260.000 pessoas, não contados aqueles que já haviam penetrado na região que viria a ser depois o Território e Estado do Acre. Desse total de imigrantes, cerca de 200.000 correspondem ao último decênio do século, conforme se deduz da comparação dos censos de 1890 e 1900. Se se admite um idêntico influxo para o primeiro decênio do atual século, resulta que a população destacada para a região amazônica não seria inferior a meio milhão de pessoas.

Essa enorme transumância indica claramente que a fins do século passado já existia no Brasil um reservatório substancial de mão-de-obra, e leva a crer que, se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. Aparentemente, a imigração européia para a região cafeeira dei-

xou disponível o excedente de população nordestina para a expansão da produção da borracha.

A população do Nordeste, conforme já indicamos, estava ocupada, desde o primeiro século da colonização, em dois sistemas econômicos: o açucareiro e o pecuário. A decadência da economia açucareira, a partir da segunda metade do século xvii, determinou a transformação progressiva do sistema pecuário em economia de subsistência. Nesse tipo de economia, a população tende a crescer em função da disponibilidade de alimentos, a qual depende diretamente da disponibilidade de terras. Se se compara a evolução dos núcleos de economia de subsistência nas distintas partes do país, esse problema da disponibilidade de terras aparece com toda sua significação. As colônias européias localizadas no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, encontraram-se em situação particularmente favorável deste ponto de vista. A qualidade e a abundância de suas terras proporcionaram-lhe um suprimento mais que adequado de alimentos, mesmo a um nível baixo de técnica agrícola. Assim, não obstante o rudimentar de sua economia monetária, essas colônias apresentavam uma taxa altíssima de crescimento demográfico vegetativo, taxa essa que constituiu motivo de admiração para os europeus que as visitavam a fins do século passado e começos do atual. Essa massa de população das regiões de colônias e o excedente virtual de produção de alimentos que nestas existia constituirão fatores básicos do rápido desenvolvimento da região sul do país em etapas subseqüentes, quando a expansão do mercado interno, ao impulso do desenvolvimento cafeeiro, criar os estímulos que anteriormente não existiam.

Na região central, onde floresce a economia mineira a população tende a deslocar-se a grandes distâncias, em razão da maior escassez de boas terras. Forma-se, assim, uma corrente migratória em direção ao Estado de São Paulo, bem antes da penetração da lavoura cafeeira neste¹²⁰. Outra corrente cresceu na direção de Mato Grosso, ocupando primeiro as terras bem irrigadas do chamado Triângulo Mineiro. A vanguarda desses movimentos de população — com exceção das regiões de colônias, onde a propriedade da terra constituía preocupação principal do homem que a trabalhava — estava sempre formada por indivíduos de

(120) Sobre a transumância da população da antiga região mineira, anterior à grande expansão do café, veja-se PIERRE MONBEIG, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Paris, 1952, p. 116-20. Nesse interessante livro encontra-se, demais, uma admirável descrição do meio físico de economia cafeeira.

iniciativa e com algum capital que logo se apropriavam de grandes extensões de terras, cujo usufruto, entretanto, era compartilhado por muitos outros em um sistema de economia de subsistência.

Na região nordestina uma expansão vegetativa desse estilo se realizava desde o século xvii. Em algumas sub-regiões, na segunda metade do século xix, os sintomas de pressão demográfica sobre a terra tornaram-se mais ou menos evidentes. O desenvolvimento da cultura algodoeira, nos primeiros decênios do século, havia permitido uma diversificação da atividade econômica, o que contribuía para intensificar o crescimento da população. Nos anos sessenta, quando ocorre a grande elevação de preços provocada pela guerra civil nos EUA, a produção de algodão se intensifica e certas regiões, como o Ceará, conhecem pela primeira vez uma etapa de prosperidade. Essas ondas de prosperidade iam contribuindo, entretanto, para criar um desequilíbrio estrutural na economia de subsistência, a qual sempre revertia à população nas etapas subseqüentes. Esse problema estrutural assumira extrema gravidade por ocasião da prolongada seca de 1877-80, durante a qual desapareceu quase todo o rebanho da região e pereceram de cem a duzentas mil pessoas. O movimento de ajuda às populações vitimadas logo foi habilmente orientado no sentido de promover sua emigração para outras regiões do país, particularmente a região amazônica. A concentração de gente nas cidades litorâneas facilitou o recrutamento. Por outro lado, as condições de miséria prevaletentes dificultaram, pelo menos durante algum tempo, a reação dos grupos dominantes da economia da região, os quais viam na saída da mão-de-obra a perda de sua principal fonte de riqueza. Iniciada a corrente transumante foi mais fácil fazê-la prosseguir. Os governos dos Estados amazônicos interessados organizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para gastos de transporte. Formou-se, assim, a grande corrente migratória que fez possível a expansão da produção de borracha na região amazônica, permitindo à economia mundial preparar-se para uma solução definitiva do problema.

Se se comparam os dois grandes movimentos de população ocorridos no Brasil, a fins do século xix e começos do atual, surgem alguns contrastes particularmente notórios. O imigrante europeu, exigente e ajudado por seu governo, chegava à plantação de café com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até à primeira colheita. Ao final

do ano estava buscando outra fazenda em que lhe oferecessem qualquer vantagem. Dispunha sempre de terra para plantar o essencial ao alimento de sua família, o que o defendia contra a especulação dos comerciantes na parte mais importante de seus gastos. A situação do nordestino na Amazônia era bem diversa: começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziavam-no a um regime de servidão. Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão das cabanas rudimentares onde habitava, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem. Demais, os perigos da floresta e a insalubridade do meio encurtavam sua vida de trabalho¹²¹.

Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia, seduzido pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem estes de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução.

(121) O contraste maior entre os dois movimentos migratórios resultaria, entretanto, do desenvolvimento subsequente das duas regiões. A economia cafeeira, em meio século de altos e baixos, demonstraria ser suficientemente sólida para prolongar-se num processo de industrialização. Pela metade do século xx, sua população apresentaria um nível de vida relativamente elevado — pelo menos bem mais elevado que o das regiões do sul da Europa de onde havia emigrado. A economia da borracha, ao contrário, entraria em brusca e permanente prostração. A população imigrante seria reduzida a condições de extrema miséria, em um meio em que era impossível encontrar uma saída para outro sistema de produção de alguma rentabilidade. Poucos anos depois estaria reduzida de forma permanente a condições de vida ainda mais precárias que as que havia conhecido em sua região de origem.

Excluídas as conseqüências políticas que possa haver tido¹²², e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra.

(122) A busca de seringais levou os brasileiros a penetrar no território fronteiro da Bolívia, cujos limites com o Brasil e o Peru ainda não haviam sido perfeitamente definidos nessa região. Como conseqüência dessa invasão criou-se o Território do Acre, finalmente anexado ao Brasil mediante indenização à Bolívia de 2 milhões de libras e obrigação do Brasil de construir uma estrada de ferro que proporcionasse à Bolívia acesso ao curso navegável do rio Madeira, afluente do Amazonas.